

Medo será o fiscal do novo pacto

BRASÍLIA — Até julho deste ano, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, esconjurava as visitas de consultores de empresas à Argentina para descobrir como aquele país tinha chegado à hiperinflação, porque, acreditava o ministro, aumentava a instabilidade no Brasil. Três meses depois, ele descobriu que as visitas alertaram para perdas de todas empresas na crise argentina e conta com esse medo para assegurar o cumprimento do acordo de conter os preços.

"Na falta de fiscalização efetiva do CIP, o medo vai ser o fiscal dos reajustes", observa um integrante do governo. "Os empresários foram avisados de que 60% das empresas da Argentina estão em concordata ou processo de falência", completa um dos que participaram da negociação do acordo na semana passada. Para esse assessor, a inflação de 1% ao dia acabou com o controle clássico de preços, porque a análise dos processos de reajustes precisa ser feita em intervalos cada vez menores, para evitar prejuízos, o que justificará essa inoperância.

O CIP, no entanto, é fortemente criticado por assessores do Palácio do Planalto e um documento sobre reajustes de preços foi utilizado na preparação da Conversa ao Pé do Rádio do presidente da

última sexta-feira. Nesse documento consta uma relação de produtos estritamente controlados pelo CIP — não poderiam aumentar sem autorização prévia — mas que, mesmo assim, aumentaram, em agosto e setembro, até 593% (pasta de dentes) ou 684% (absorventes higiênicos).

Dessa crítica não escapa o ministro da Fazenda, acusado de ser "excessivamente" liberal na concessão de reajustes. "Mailson não gosta de controlar preços, porque ele acredita na economia de mercado", justifica um assessor. O próprio ministro disse, em reunião com representantes de multinacionais esta semana em São Paulo, que a liberdade de preços é o ideal. Os empresários também criticam o CIP e o presidente do grupo Votorantim, Antônio Ermírio de Moraes, disse, em uma das reuniões para fechar o acordo, que se o governo não prendia o especulador Naji Nahas não podia pretender controlar preços.

No meio dessas críticas, que influenciam o presidente Sarney, os ministros da Fazenda e do Planejamento, João Batista de Abreu, resistem nos cargos e não pretendem sair. Eles acreditam que ainda respondem pelo que resta de credibilidade ao governo e que a sua saída poderia ser vista como um abandono do barco. Segundo um assessor bastante próximo de João Batista e Mailson, são os fornecedores do governo que querem a saída dos dois ministros, que seguram o caixa e impedem liberações pouco lícitas de verbas. O desfecho do desgaste das relações entre o Palácio do Planalto e a equipe econômica atual vai depender do comportamento dos próximos índices de inflação. (M.L.A.)